

ORGANIZAÇÃO

Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle Silva

Oligos e Destinos

*Desigualdades
sociais ao longo
da vida*



TOPBOOKS

Dessa forma, a classificação proposta parece discriminar com bastante eficiência diferenças nas situações de trabalho e de mercado dos indivíduos. Mas, obviamente, o valor prático desta classificação, como é o caso de qualquer instrumento analítico em geral, só pode ser avaliado pelo sucesso relativo das análises nela baseadas. É o que teremos oportunidade de experimentar nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO II

A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FAMILIARES

Carlos Hasenbalg

Este capítulo apresenta os resultados da primeira fase do esquema analítico do projeto, relativos à origem familiar e à distribuição de recursos familiares, tendo como marco de referência temporal as duas últimas décadas do século XX. A distribuição de recursos entre as famílias interessa em si mesma, como indicação do grau de equidade vigente numa sociedade. Assim, sabe-se pelos numerosos estudos sobre distribuição de renda no Brasil nas últimas décadas que, a despeito das rápidas transformações estruturais do país nesse período, a elevada desigualdade distributiva constitui um traço recorrente da estrutura social brasileira. Além disso, essa distribuição dos recursos familiares num dado momento no tempo indica a diferenciação de contextos em que ocorre a socialização de uma nova geração e é, por isso, ponto de partida para a transmissão intergeracional de desigualdades sociais. É com vistas a este segundo aspecto que se examina, a seguir, a distribuição de três tipos de recursos familiares.

Os três tipos de recursos distinguidos são o capital social, o capital cultural e o capital econômico das famílias. A distribuição do capital social, captada nas mudanças da estrutura das famílias, obedece fundamentalmente à transição demográfica experimentada pelo Brasil nas últimas décadas, em que se destaca a queda acelerada das taxas de fecundidade. A distribuição do capital cultural está intimamente vinculada à urbanização e à expansão do sistema educacional do país. Partindo de patamares educacionais relativamente baixos, a expansão educacional das duas ou três últimas décadas redundou em um aumento significativo do capital cultural mobilizável pelas famílias na sua função de socialização das novas gerações.

Os recursos econômicos ou financeiros das famílias dependem, basicamente, das taxas de crescimento da economia e dos padrões distributivos. Nas duas décadas examinadas, anos 80 e 90, os rendimentos familiares pouco cresceram, mantendo-se inalterada a desigualdade na sua distribuição. O capítulo conclui com o exame das relações entre essas três modalidades de recursos familiares, incorporando as dimensões cor ou raça e estrutura ocupacional na análise.

ESTRUTURA FAMILIAR E CAPITAL SOCIAL FAMILIAR

O primeiro tipo de recursos refere-se à estrutura familiar e suas mudanças nas últimas décadas. A estrutura familiar está intimamente relacionada à noção de capital social familiar. Na importante e inovadora contribuição conceitual de Coleman (1988), o capital social é definido pela sua função e consiste em alguns aspectos da estrutura social que facilitam a ação de indivíduos ou atores dentro dessa estrutura. Diferentemente do capital físico e do capital humano (formas materiais observáveis e habilidades adquiridas pelos indivíduos), o capital social só existe na relação entre as pessoas (*idem*:100-101). Esse capital refere-se então aos recursos que estão contidos nas relações entre atores sociais, recursos esses que permitem ou facilitam determinados resultados sociais (Parcel e Dufur, 2001:882). Nesse sentido, o capital social das famílias reside nas relações entre as crianças e os pais, considerando-se a presença física de adultos na família e a atenção dada por estes às crianças. O capital social familiar estabelece o contexto no qual o capital econômico e cultural dos pais é convertido em condições mais ou menos favoráveis à socialização das crianças, funcionando como um filtro para esses outros capitais.

“Coleman argumenta que os capitais financeiro e humano dos pais são necessários para o desenvolvimento do capital humano de suas crianças mas, em si mesmos, não são suficientes. Para gerar bem-estar nas crianças os capitais financeiro e humano devem estar acompanhados por relações sociais que permitam que os recursos sejam transmitidos e usados pelas crianças” (Teachman, Paasch e Carver, 1997:1.356).

A partir do conceito de capital social formulado por Coleman foi desenvolvido um conjunto de pesquisas relacionando essa forma de capital familiar com resultados da socialização de crianças e adolescentes. Mesmo

que o capital social possa ser um determinante de vários aspectos do bem-estar dos filhos menores, tais como saúde, nutrição e desenvolvimento físico, essas pesquisas têm privilegiado os efeitos causais desse capital sobre resultados e desempenhos educacionais.

A primeira e, no nosso entender, mais importante relação entre a estrutura familiar e o desenvolvimento infanto-juvenil diz respeito ao número de crianças ou irmãos das famílias. Inúmeras pesquisas na área de realização de *status* e mobilidade social mostraram a existência de uma relação inversa entre o número de irmãos presentes nas famílias e o desempenho educacional de crianças e jovens. A explicação mais aceita hoje para essa relação reside no fato de que em famílias com numerosos filhos, especialmente filhos pequenos em idade escolar, ocorre uma diluição do tempo, energia e atenção prestada pelos pais e outros membros adultos da família às crianças. “O modelo da diluição dos recursos postula que os recursos dos pais são finitos e que crianças adicionais diluem a quantidade total de recursos que cada criança recebe, o que diminui, por sua vez, os resultados educacionais.” (Downey, 1995:746)

Em trabalho pioneiro sobre o Brasil, em que o conceito de capital social familiar não foi usado, Psacharopoulos e Arriagada (1989) confirmaram a relação inversa entre o número de crianças e os resultados escolares. Usando dados do Censo de 1980 para estudar os determinantes de alguns aspectos do desempenho escolar das crianças de 7 a 14 anos de idade, os autores mostraram que a presença no domicílio de crianças menores de 7 anos e o número de crianças em idade escolar têm um efeito negativo na probabilidade de as crianças estarem matriculadas na escola, no número de séries completadas e na probabilidade de estarem trabalhando.

Estudos realizados em países de diferentes regiões e graus de desenvolvimento, particularmente nos Estados Unidos e na América Latina, apontam para outra configuração familiar que, nos termos de Coleman, apresenta um déficit de capital social familiar. Trata-se das famílias monoparentais, chefiadas, na grande maioria dos casos, por mulheres (Astone e McLanahan, 1991; CEPAL, 1993:cap. III; 1995:69-72). Famílias quebradas ou incompletas, compostas por mães com filhos sem cônjuge, são o resultado de separações ou divórcios, viuvez e maternidade fora do casamento. Esta última situação costuma ser frequente entre mulheres adolescentes que passam pela experiência precoce da gravidez e maternidade. A ausência de um dos pais leva natu-

ralmente a uma limitação no tempo e energia dedicados à interação com os filhos. “A ruptura marital leva a reduções na quantidade de tempo que os pais gastam monitorando o trabalho escolar e supervisionando suas crianças e a reduções na comunicação pai-criança” (Astone e McLanahan, 1991:317).

Das considerações anteriores conclui-se que, do ponto de vista da dotação de capital social, as famílias nucleares, compostas por pai, mãe e filhos, apresentam as melhores condições de socialização para crianças e adolescentes. Contudo, cabem duas ressalvas a este respeito. Primeiro, no caso dos Estados Unidos, onde as freqüentes dissoluções dos casais são às vezes seguidas por novo casamento do cônjuge a cargo dos filhos, notou-se que na ausência de um dos pais biológicos, indicada pela presença de padrasto ou madrasta, os resultados educacionais dos jovens são semelhantes aos das famílias monoparentais. Nestes dois tipos de famílias não-intactas, monoparentais ou com padrastos, as crianças recebem menos encorajamento e atenção que nas famílias nucleares intactas (Astone e McLanahan, 1991).

Coisa semelhante ocorre na América Latina com as crianças cujos pais vivem em união livre ou consensual, relativamente àquelas cujos pais estão em uniões legalmente sancionadas. A maior estabilidade familiar propiciada pelas uniões legais se traduz em um melhor desempenho educacional de crianças e jovens (CEPAL, 1993:85-109).

Em resumo, o afastamento do arranjo *família nuclear intacta com número pequeno de filhos*, seja na direção do maior número de filhos ou na das famílias quebradas ou não-intactas, redundará numa diminuição do capital social familiar e na deterioração das condições de socialização de crianças e adolescentes.

As distinções conceituais precedentes sobre estrutura familiar e capital social familiar permitem passar para a análise das mudanças na estrutura das famílias no Brasil nas duas últimas décadas, período de referência adotado para as diferentes etapas da pesquisa. São adotadas para essa análise as bases de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981, 1990 e 1999, cobrindo assim as duas décadas finais do século XX. Cabe destacar o conceito de família usado nessas pesquisas domiciliares:

“Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem na mesma unidade domiciliar; ou a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por

dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência da família e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (IBGE, 1997:2-223).

Esta definição de família considera a relação de coabitação em domicílios particulares – havendo ou não relações de parentesco entre os residentes – e desconsidera, portanto, a noção de família como grupo de pessoas com vínculos de parentesco, podendo ter ou não o mesmo local de residência. Contudo, a partir da relação dos residentes com o “chefe do domicílio” ou a “pessoa de referência”, é possível distinguir, primeiro, entre arranjos domiciliares unifamiliares e multifamiliares e, segundo, entre arranjos domiciliares não familiares (unipessoais e grupos de não-parentes) e familiares (ver Medeiros e Osorio, 2001). Nas informações que se seguem tomam-se como unidades de análise as famílias (segundo a definição do IBGE) e não os domicílios.

Dentre as conseqüências mais importantes da rápida transição demográfica experimentada pelo Brasil nas últimas décadas destaca-se a queda nos níveis de fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 60. A queda da fecundidade levou, por sua vez, a um declínio do crescimento demográfico, mudanças na estrutura etária da população, redução da razão de dependência (número de pessoas em idades não ativas por pessoas em idades ativas) e à diminuição do tamanho médio das famílias, devido, principalmente, ao menor número de filhos. A diminuição do tamanho das famílias e do número de filhos tem sido acompanhada, nas décadas mais recentes, por outras mudanças importantes na estrutura e organização das famílias, tais como o aumento do trabalho feminino fora do lar e o crescimento da proporção de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres.

No que se refere ao crescimento demográfico, basta lembrar que na década de 1960 a população aumentava a uma taxa de quase 3% ao ano, caindo para 2,5% na década seguinte e para 1,93% na década de 80. A estimativa para a década de 1990 era de um crescimento anual de 1,4%. A queda na taxa de fecundidade total (número de filhos por mulher em idade reprodutiva) foi igualmente rápida, caindo de 5,8 filhos em 1970 para 2,3 em 1999 (IBGE, 2001:21).

A Tabela 1 permite apreciar o impacto dessas transformações demográficas na estrutura etária da população e nas razões de dependência nas duas últimas décadas do século passado.

Tabela 1
Estrutura Etária da População e Razão de Dependência
Brasil, 1981-1999 (%)

Idade	1981	1990	1999
Até 14 anos	37,6	34,5	29,5
15-64 anos	58,1	60,4	64,3
65 e + anos	4,3	5,1	6,2
Total	100,0	100,0	100,0
Razão dependência*	72,1	65,6	55,5

*Soma da população abaixo de 15 anos e acima de 64 anos dividida pela população de 15 a 64 anos de idade.

O quadro resultante da queda da fecundidade e da mortalidade é um envelhecimento da população. Nesse período de pouco menos de duas décadas, o peso relativo dos menores de 15 anos de idade cai 8,1%, enquanto o da população de idosos, de 65 anos e mais, mesmo crescendo a taxas elevadas, permanece relativamente baixo, com um aumento relativo de 1,9% no mesmo período. O resultado é o aumento da participação proporcional das pessoas em idade ativa, que passa de 58,1% a 64,3%. No mesmo lapso de tempo, o número de pessoas dependentes cai de 72,1 para cada 100 pessoas em idades ativas em 1981 para 65,5 em 1990 e 55,5 em 1999. Estas mudanças têm levado os estudiosos da população a afirmar que o Brasil está atravessando a “fase de ouro da transição demográfica”. Entre os aspectos favoráveis desta situação destacam-se:

“Em primeiro lugar, as menores relações de dependência, originadas no aumento da proporção da população em idade ativa, se traduzirão na existência de uma menor carga econômica por cada trabalhador. Em segundo termo, a queda da mortalidade e os avanços na situação de saúde tendem a incrementar a disponibilidade de mão-de-obra e a produtividade desta. Em terceiro lugar, o maior controle sobre a fecundidade facilita uma mais intensa inserção no trabalho da mulher e possibilita a obtenção de uma maior equidade entre ambos os sexos” (CEPAL, 1995:25).

A Tabela 2 mostra as conseqüências das tendências demográficas acima apontadas no plano microsocial das famílias, distinguindo o número médio de componentes, de filhos e de menores de 15 anos das mesmas.

Tabela 2
Número de Componentes, Filhos e Menores de 15 Anos das Famílias
Brasil, 1981-1999

	1981	1990	1999	Mudança 1981-1999 (%)
Componentes	4,29	3,85	3,45	-19,6
Filhos	2,29	1,91	1,56	-31,9
Menores de 15 anos	1,63	1,34	1,02	-37,4

A primeira linha da tabela indica que entre 1981 e 1999 o número de componentes das famílias cai de 4,29 para 3,45 membros, o que significa uma redução de 19,6% no tamanho médio das famílias. Na segunda linha observa-se a média do número total de filhos presentes nas famílias, independentemente da idade; esse número cai de 2,29 em 1981 para 1,56 em 1999, o que representa uma diminuição de 31,9%. Por último, a terceira linha apresenta o resultado que mais interessa do ponto de vista da dotação de capital social das famílias: o número médio de crianças e adolescentes de menos de 15 anos de idade. Esse número diminui de 1,63 em 1981 para 1,02 em 1999, mostrando uma queda percentual de 37,4%.

Dois observações merecem ser feitas em relação a esses dados. Primeiro, o fato de o número de menores de 15 anos experimentar uma queda mais acentuada que a do número total de filhos e de componentes das famílias reflete as taxas de fecundidade mais baixas do período mais recente. Segundo, não deve chamar a atenção o número reduzido de menores de 15 anos – próximo de um – no final do período analisado, em 1999, já que no cálculo dessa média foram considerados todos os tipos ou arranjos familiares, incluindo aqueles em que não se registra a presença de filhos menores. Levando-se em conta apenas as famílias em que há a presença de filhos menores de 15 anos, o número médio de pessoas dessa idade passa de 2,48 em 1981 para 2,14 em 1990 e 1,82 em 1999. Claramente, as crianças e adolescentes nascidas em épocas mais recentes estão sendo socializadas em famílias nas quais o componente de menores dependentes é mais reduzido, o que diminui a diluição dos recursos familiares, particularmente dos recursos relacionais, onde se concentra o capital social familiar.

Dois são as principais tendências de mudança das famílias no Brasil e demais países da América Latina que se encontravam em plena transição demográfica nos últimos vinte anos. A primeira, como já foi indicado, é a diminuição do tamanho das famílias. Esta tendência obedece, em grande parte, à redução do número de filhos decorrente da queda da fecundidade,

mas também é resultado da “[...] diminuição da proporção de lares multigeracionais, e o aumento correlativo das famílias monoparentais e das pessoas que vivem sozinhas” (CEPAL, 1995:69). Observou-se nestes países uma tendência à nuclearização das famílias, resultante da diminuição das famílias extensas (núcleo familiar com outros parentes) e das famílias compostas (núcleo familiar com não-parentes). A segunda grande tendência é o crescimento da proporção das famílias chefiadas por mulheres. Destaca-se que, na maioria destes países, pelo menos uma de cada cinco unidades familiares urbanas está encabeçada por uma mulher.

“Entre os fenômenos que têm contribuído ao incremento dos lares com chefia feminina destaca-se o aumento dos lares monoparentais, encabeçados por mulheres jovens ou da terceira idade, e dos unipessoais, devido ao envelhecimento da população e à maior longevidade das mulheres, que formam novos casais com menos frequência que os homens. Salvo exceções, as mulheres chefes de lar são divorciadas, viúvas ou solteiras” (CEPAL, 1995:70).

A maior instabilidade das uniões, resultado da elevação das taxas de separação e divórcio, é um dos principais fatores no crescimento numérico das famílias chefiadas por mulheres. O significado da chefia feminina pode variar segundo diferentes contextos socioeconômicos. Diversos estudos tendem a associar este tipo de arranjo familiar à condição de pobreza. Contudo, assinala-se também que quando se trata de mulheres mais educadas e de maiores recursos, a chefia do lar pode ser vista como uma opção, desvinculada de situações de privação (Arriagada, 1998:91).

Dado o foco deste estudo, algumas variantes da chefia feminina apresentam menos interesse, já que não cabem a elas as tarefas de socialização e reprodução social. Este é o caso dos arranjos unipessoais (mulheres vivendo sozinhas) e das famílias chefiadas por mulheres idosas. A ênfase posta nas condições de bem-estar e socialização das crianças e adolescentes leva a destacar o arranjo constituído por mulheres sem cônjuge com filhos menores. Dentro desta variante que, em princípio, representa um déficit estrutural de capital social familiar, a bibliografia aponta para a maior vulnerabilidade das famílias que resultam da maternidade precoce, de mulheres menores de 20 anos.

Para concluir o exame do capital social familiar serão apresentadas, em primeiro lugar, a distribuição das unidades familiares entre diferentes tipos de arranjos familiares (Tabela 3) e, em segundo lugar, a distribuição de crianças e adolescentes menores de 15 anos nesses tipos de famílias (Tabela 4).

Tabela 3
Unidades Familiares segundo o Tipo de Família
Brasil 1981-1999 (%)

Tipo de Família	1981	1990	1999
Casal s/filhos	10,3	11,1	11,8
Casal c/filhos	57,1	54,6	49,7
Casal c/filhos e parentes	7,5	6,3	5,3
Mãe c/filhos	9,5	11,5	14,2
Mãe c/filhos e parentes	2,1	2,3	2,9
Unipessoais	6,4	7,1	8,6
Outros	7,1	7,0	7,5
Total	100,0	100,0	100,0
N (milhares)	27.866	36.544	46.346

Esta tipologia de famílias foi gerada a partir da presença de membros da unidade que guardam relação de parentesco com o “chefe da família” ou “pessoa de referência”, sejam eles cônjuges, filhos ou outros parentes, sem levar em consideração membros da unidade que não guardam relação de parentesco com o chefe ou pessoa de referência, como é o caso de agregados, pensionistas e empregados domésticos.

No período considerado, de 1981 a 1999, o total de unidades familiares, definidas seguindo o critério das pesquisas domiciliares do IBGE, aumenta de quase 28 milhões para pouco mais de 46 milhões, observando um crescimento de 66,3%. A tradicional família nuclear, composta de um casal com filhos, é o tipo de arranjo familiar predominante, mas diminui no período sua participação relativa no total de unidades familiares. Em compensação, aumenta a proporção de casais sem filhos, de unidades unipessoais e, especialmente, dos arranjos monoparentais de mães sem cônjuges com filhos (com ou sem a presença de outros parentes).

Em 1999, metade dos chefes de famílias do tipo casal sem filhos tinha mais de 50 anos de idade, indicando tratar-se de famílias em fase de dispersão, quando os filhos já não residem mais com os pais. Outros 25% dos chefes desta modalidade de família tinham até 30 anos de idade, sugerindo tratar-se de famílias em fase de formação que, possivelmente, ainda não tiveram filhos.

Como já mencionado, os casais com filhos perdem participação relativa no total de famílias, caindo de 57,1% em 1981 para 49,7% em 1999. Nesta última data, 58% dos chefes destas famílias tinham entre 31 e 50

anos de idade, sugerindo tratar-se de famílias em etapa de consolidação, com filhos de idades variadas, acima e abaixo dos 15 anos. Somente 19% dos chefes destas famílias tinham até 30 anos de idade. A razão de dependência desta modalidade familiar, 0,706 em 1999, é mais favorável que a de outros tipos de famílias com filhos. Refletindo a queda da fecundidade e o menor número de filhos, o tamanho médio destas famílias diminuiu 17% entre 1981 e 1999, passando de 5,1 para 4,2 membros.

O tipo de família extensa composta por casal com filhos e outros parentes perde peso relativo dentro do total de famílias, caindo de 7,5% em 1981 para 5,3% em 1999, conforme a tendência já apontada de nuclearização das famílias. Metade dos chefes destas famílias tem idades entre 31 e 50 anos e outros 36% têm mais de 50 anos, o que sugere tratar-se, predominantemente, de famílias em fase de consolidação e dispersão. Como era de se esperar, este é o tipo de família mais numeroso. No período 1981-1999 o número médio de membros cai 11%, passando de 6,2 para 5,5. A razão de dependência deste arranjo era 0,742 em 1999, algo mais elevada que a dos casais com filhos.

O tipo de família composto por mulher sem cônjuge com filhos é o que mais tem crescido proporcionalmente nas duas décadas em exame, passando de 9,5% do total de famílias em 1981 para 14,2% em 1999. Como apontado acima, este é um dos arranjos monoparentais com déficit de capital social que a literatura aponta como problemático do ponto de vista das condições de bem-estar e socialização de crianças e adolescentes. Entre os principais problemas assinala-se a dificuldade que estas mães encontram em compatibilizar o emprego remunerado com as tarefas domésticas e o cuidado das crianças. A ausência de cônjuge se traduz numa razão de dependência elevada, 0,986 em 1999, que indica uma sobrecarga de pessoas inativas para cada pessoa em idade de trabalhar. O tamanho destas famílias se reduz de 3,4 membros em 1981 para 2,8 em 1999. Enquanto os demais tipos de famílias estão formados, em sua grande maioria – mais de 90% –, por unidades unifamiliares, uma proporção não desprezível das mães com filhos (29,6% em 1999) pertence a unidades multifamiliares. Mães com filhos que residem no mesmo domicílio que seus pais são registradas pelas PNADs como uma unidade familiar. A idade média das mães com filhos em unidades multifamiliares, 28,3 anos, é muito inferior à das mães com filhos das unidades unifamiliares, que é de 49,4 anos. Isto sugere que, em muitos casos, trata-se de mães jovens com filhos menores que

voltaram às suas famílias de origem depois da dissolução de suas uniões ou de mães solteiras que permaneceram com suas famílias.

A segunda variante monoparental é a de mães com filhos e outros parentes, que também cresce no período, embora menos rapidamente que a de mães com filhos. A participação relativa deste arranjo no total de famílias aumenta de 2,1% para 2,9% entre 1981 e 1999. Nesse período, o tamanho médio destas famílias diminui de 4,6 para 4,1 membros. Parcela majoritária das responsáveis por estas famílias – 58% – tem mais de 50 anos de idade, o que sugere tratar-se de mulheres separadas ou viúvas que vivem com filhos adultos ou de idades mais avançadas. Dada a maior presença de pessoas em idade ativa, estas famílias tinham em 1999 uma razão de dependência de 0,848, um pouco menos desfavorável que a das mães com filhos.

A modalidade unipessoal de arranjo doméstico cresce de maneira consistente no período em foco, passando de 6,4% do total de famílias em 1981 para 8,6% em 1999. O capítulo dedicado ao Brasil no estudo da CEPAL sobre famílias na América Latina aponta três motivos principais para este crescimento: (a) o aumento no número de jovens solteiros, particularmente dos homens, que optam por morar sozinhos; (b) a maior propensão do crescente número de pessoas separadas e divorciadas a viver sozinhas e (c) a maior longevidade das pessoas, especialmente das mulheres, que as leva a viver mais tempo na condição de viúvas, mantendo os seus lares (CEPAL, 1993:160-161). A estrutura por sexo e idade das pessoas neste arranjo unipessoal em 1999 tende a corroborar esse diagnóstico. Mais da metade destas pessoas tem mais de 50 anos de idade, encontrando-se em fases mais avançadas do ciclo de vida. Dentre elas, quase dois terços são mulheres, muitas das quais devem ser viúvas. Em contrapartida, nas faixas etárias mais jovens, até 30 anos, e de 31 a 50 anos há um claro predomínio de homens, com aproximadamente 65% dos casos.

O arranjo “outros” é um tipo residual que inclui tanto unidades não familiares, compostas por pessoas sem vínculos de parentesco, quanto famílias. Esta modalidade apresenta uma participação relativa constante no período, indo de 7,1% do total de famílias em 1981 a 7,5% em 1999. Cabe destacar que o arranjo monoparental formado por pai com filhos (com ou sem outros parentes) está incluído neste tipo residual e oscila, durante o período em foco, em torno de 2% do total de unidades familiares. Pouco mais de dois terços destes arranjos têm um homem como chefe

ou responsável e mais da metade desses chefes são pessoas de mais de 50 anos. O tamanho médio deste tipo de arranjo muda pouco, diminuindo de 3,1 membros em 1981 para 2,8 em 1999. A idade mais avançada dos componentes desta modalidade resulta numa razão de dependência relativamente baixa, de 0,669 em 1999. A disponibilidade de componentes em idades ativas permite supor uma condição econômica favorável, mas para os menores de 15 anos que vivem neste tipo de arranjo a ausência das mães constitui um déficit de capital social.

Vistas as principais tendências de mudança na estrutura das famílias brasileiras nos últimos vinte anos, cabe examinar como os membros das novas gerações, em fase de socialização e formação, se distribuem nos diferentes tipos de modalidades familiares. A Tabela 4 apresenta as informações pertinentes.

Tabela 4
Distribuição das Pessoas de 0 a 14 Anos de Idade
segundo Tipos de Famílias,
Brasil, 1981-1999 (%)

Tipo de Família	1981	1990	1999
Casal c/filhos	77,8	75,7	71,3
Casal c/filhos e parentes	10,4	9,5	8,6
Mãe c/filhos	7,2	9,7	13,1
Mãe c/filhos e parentes	1,9	2,4	3,3
Outros	2,7	2,7	3,7
Total	100,0	100,0	100,0

A distribuição das crianças e adolescentes menores de 15 anos nos diferentes arranjos familiares acompanha as transformações da estrutura familiar indicadas na Tabela 3. Nota-se, em primeiro lugar, uma diminuição da proporção de menores em famílias completas ou intactas, onde há a presença de pai e mãe (com ou sem outros parentes). Essa proporção, que era de 88,2% em 1981, cai para 85,2% em 1990 e 79,9% em 1999. Em contrapartida, a proporção de menores em famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumenta de 9,1% em 1981 para 12,1% em 1990 e 16,4% em 1999. Por último, entre 1990 e 1999 aumenta em 1% a proporção de menores no tipo de família residual "outros"; pouco mais de um terço destes menores pertence a famílias monoparentais com chefia masculina,

enquanto o restante vive em arranjos caracterizados pela ausência tanto da mãe quanto do pai.

CAPITAL CULTURAL

Devido à sua maior abrangência sociológica, optamos por usar neste trabalho o conceito de capital cultural no lugar do de capital humano, vastamente utilizado por economistas a partir da década de 1960. Em termos simplificados, a teoria do capital humano argumenta que a educação, além de ser uma forma de consumo, constitui um investimento produtivo nos planos individual e social. Esta teoria enfatiza a criação de habilidades cognitivas no processo de educação formal e está baseada na premissa controvertida de que salários ou rendimentos mais altos refletem uma maior produtividade marginal do trabalhador. Os indivíduos investem em educação procurando aumentar seus retornos no mercado de trabalho, ao passo que os investimentos em educação dos países, estimulando a inovação tecnológica e aumentando a produtividade do trabalho, conduzem ao crescimento econômico.

O conceito de capital cultural foi inicialmente formulado por Pierre Bourdieu (1977; 1984; ver também Ortiz, 1983). Pode-se dizer, também simplificando, que o objeto de estudo privilegiado deste autor é a relação entre (a) a esfera simbólica e cultural (bens simbólicos e práticas culturais) e (b) a estrutura social, entendida como a estrutura de classes ou as relações de força ou poder econômico e político entre as classes. Trata-se de ver como essa esfera dos bens simbólicos e das práticas culturais reproduz e legitima as relações de classe.

Segundo Bourdieu, os bens simbólicos e culturais se diferenciam dos bens materiais no sentido de que eles só podem ser "consumidos" mediante a apreensão de seu significado. As pessoas só podem se apropriar desses bens se já possuem os esquemas necessários de apreciação e entendimento. O conceito de capital cultural indica o conjunto de disposições cultivadas que formam esses esquemas de apreciação e entendimento dos bens culturais. E, o que é mais importante, a acumulação de capital cultural começa no processo de socialização primária na família, onde se desenvolve um sistema de disposições internalizadas (*habitus* de classe). Por sua vez, o capital cultural que se traz da família significa possuir, em maior ou menor medida, os códigos para apropriar-se da cultura escolar. Desta forma, o

capital cultural preexistente na família é transformado em qualificações e credenciais educacionais. A dissimulação operada pelo sistema escolar estaria na ideologia do dom ou dádiva (talento ou mérito), que apresenta como dote natural – credenciais ou êxito escolar – o que na realidade é uma característica adquirida (o capital cultural). Este conceito de capital cultural vai além da aquisição de conteúdos cognitivos, apontando também para a transmissão, dentro da família, de um conhecimento cultural informal – competência lingüística, maneiras e modos de apresentação – que indica uma origem familiar mais ou menos cultivada e produz diferentes retornos nas trajetórias escolares.

Dada a ausência de informações sobre práticas culturais e consumo de bens simbólicos nos dados utilizados, adotamos o clima educacional das famílias, representado pelos anos de estudo de seus membros adultos, como indicador ou *proxy* do capital cultural. A Tabela 5 mostra a evolução, nas décadas de 80 e 90, do nível educacional dos chefes, das mães e das pessoas de 15 anos de idade e mais das unidades familiares.

Tabela 5

Anos de Estudo dos Chefes, das Mães e das Pessoas de 15 Anos e Mais das Famílias Brasil, 1981-1999

	1981	1990	1999
Chefes	3,84	4,69	5,53
Mães	3,72	4,84	5,79
15 anos e mais	4,38	5,11	6,01

Qualquer que seja o critério adotado – educação dos chefes de família, das mães ou dos maiores de 14 anos –, esses dados indicam que a dotação média de capital cultural das famílias brasileiras no início da década de 1980 era extremamente baixa, próxima dos quatro anos de estudo. Esse resultado para a população adulta, que ultrapassou a idade de escolaridade obrigatória, não faz senão refletir o déficit educacional do Brasil e a baixa prioridade da educação básica no modelo de desenvolvimento do país nas décadas do pós-guerra. Partindo desse nível inicial reduzido, entre 1981 e 1999 o nível educacional dos membros adultos das famílias apresenta uma melhora sistemática. Nesse período, as mães apresentam as

melhorias mais significativas, aumentando sua média em pouco mais de dois anos de estudos, o que é consistente com o melhor desempenho educacional das mulheres observado nos últimos vinte anos. Os ganhos dos chefes de família e das pessoas de 15 anos e mais de idade são, respectivamente, de 1,7 e 1,6 ano de estudo. Apesar dos baixos patamares iniciais, os ganhos obtidos no período não deixam de ser significativos.

CAPITAL ECONÔMICO: RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

Esta seção destina-se a descrever a situação econômica das famílias durante o período 1981-1999. Adota-se a renda familiar *per capita* (RFPC) como indicador do capital econômico, mostrando-se a evolução dos rendimentos reais e as características de sua distribuição. Como apontado por Hoffmann (2000:81-82), quando o interesse recai no mercado de trabalho, estuda-se a distribuição de renda das pessoas economicamente ativas; já quando o objetivo da análise é o nível de vida ou o bem-estar das pessoas, como é o nosso caso, considera-se a todas as pessoas conforme sua renda familiar *per capita*.

As Tabelas 6 e 7, sobre a evolução dos rendimentos e a sua distribuição, incorporam os anos de 1984, 1987, 1993 e 1996 para captar parte das oscilações ocorridas durante o período analisado. A evolução dos rendimentos toma 1999 como ano base, usando o INPC como deflator.

Tabela 6
Rendimento dos Décimos de Renda Familiar *per Capita*, Brasil, 1981-1999

Décimo RFPC	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999
1	16,93	16,04	18,42	15,64	15,55	22,68	22,96
2	32,93	29,47	35,65	30,82	34,17	45,03	45,18
3	46,82	41,11	51,32	46,13	50,64	65,92	65,98
4	63,40	54,97	69,54	63,27	68,35	90,50	89,42
5	82,84	71,07	92,12	86,48	89,88	120,57	118,24
6	107,02	92,91	120,98	114,44	117,73	155,93	149,95
7	141,88	123,63	161,45	153,61	152,74	208,59	198,46
8	197,22	172,25	227,90	219,66	211,38	291,66	275,40
9	307,71	270,61	362,08	350,82	329,08	455,43	432,02
10	876,67	773,14	1.064,30	1.026,15	1.037,29	1.295,62	1.227,22
Total	188,08	164,49	217,96	209,92	210,89	274,44	261,89

Obs.: Valores deflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

Reparando primeiro na linha do total, nota-se que a média da RFPC aumentou apenas 11,6% entre 1981 e 1990. Entre 1990 e 1999 essa média passa de R\$ 210 para R\$ 262, o que representa um aumento de 24,7%.

Em todo o período 1981-1999 a RFPC experimenta um crescimento de 39,2%. Trata-se de um crescimento pouco expressivo, particularmente quando se considera que nas três décadas anteriores a 1980 a renda *per capita* do país mais do que triplicou. Por outro lado, essa evolução da RFPC é mais favorável que a da renda individual das pessoas com rendimentos, que cai 0,7% entre 1981 e 1990 e aumenta somente 18,6% entre 1981 e 1999. Essa diferença nas evoluções da RFPC e da renda individual deve-se às mudanças demográficas e da estrutura familiar apontadas anteriormente. Pode-se dizer, basicamente, que a diminuição do tamanho das famílias e a queda nas razões de dependência permitiram compensar parcialmente as tendências desfavoráveis no mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90.

Observando a renda dos décimos de RFPC, nota-se que nos anos 80 os 40% mais pobres experimentam uma queda nos rendimentos, ao passo que os 60% restantes aumentam seus rendimentos, aumento que é maior, de 17%, entre os 10% mais ricos. Essa tendência se inverte na década de 90, particularmente a partir de 1993, com todos os grupos obtendo ganhos na RFPC. Desta vez os 40% mais pobres são os que têm os maiores ganhos, acima de 40%, enquanto os ganhos proporcionais diminuem à medida que se passa para os décimos mais elevados. Este comportamento da RFPC nos anos 90 pode ser atribuído ao declínio da inflação obtido a partir de 1994 com o Plano Real. Como apontado por Rocha (2000:7-9), os ganhos mais expressivos na renda dos grupos mais pobres foram obtidos entre 1993 e 1995; em 1996 os efeitos distributivos do plano já se haviam esgotado. A pequena mudança nos valores da RFPC entre 1996 e 1999 confirma esta afirmativa.

Observadas as tendências na evolução da RFPC no período, cabe agora apontar para as características de sua distribuição. A Tabela 7 apresenta alguns indicadores dessa distribuição. São eles: a relação entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres; as parcelas da RFPC apropriadas por grupos da distribuição; o coeficiente de Gini e o coeficiente de variação.

Tabela 7
Características da Distribuição da Renda Familiar *per Capita*,
Brasil, 1981-1999

Ano	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999
Rel. 10%+ / 40%.	21,7	21,8	24,9	26,3	24,1	23,3	22,0
Parcelas RFPC							
10% superior	44,5	47,0	47,3	48,7	48,5	47,1	47,0
50% intermédio	46,9	44,4	44,8	43,9	43,4	44,8	44,4
40% inferior	8,6	8,6	7,9	7,4	8,1	8,1	8,6
Gini*	0,59	0,59	0,60	0,62	0,60	0,60	0,60
C.V.	1,74	1,71	1,98	2,06	2,17	1,82	1,77

* Índice de Gini tomado de Barros, Henriques e Mendonça (2000:39).

O comportamento dos indicadores é relativamente uniforme, mostrando as mesmas tendências ao longo do tempo. De um modo geral, nota-se neles todos uma tendência à piora na distribuição da RFPC na década de 80 e uma ligeira melhoria na década seguinte. Assim, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres parte do patamar de 21,7 em 1981, chega a seu ponto mais elevado, de 26,3, em 1990 e diminui para 22 em 1999. A título comparativo, esta relação assume o valor 10 na vizinha Argentina e oscila em torno de 5 em vários países europeus, Estados Unidos e Canadá (Barros, Henriques e Mendonça, 2000:36).

O décimo superior da distribuição de RFPC se apropria, ao longo do período, de uma parcela próxima à metade do total dos rendimentos, com 44,5% em 1981, o máximo de 48,7% em 1990 e 47% em 1999. No outro extremo, a renda da parcela dos 40% mais pobres oscila em torno de 8%: passa de 8,6% em 1981 para seu nível mais baixo, 7,4%, em 1990 e retoma o valor inicial em 1999. O índice de Gini, calculado, neste caso, a partir da renda domiciliar *per capita*, apresenta uma notável estabilidade em níveis muito elevados, em torno de 0,60, mostrando também seu ponto mais alto em 1990. O coeficiente de variação, mais sensível ao topo de distribuição, atinge seu ponto mais elevado em 1993 (2,17), voltando em 1999 ao nível inicial de 1981.

Como já foi notado, “muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000:38). Note-se, a esse respeito, a semelhança dos valores dos anos inicial e final dos indicadores da Tabela 7.

Esta seção destina-se a explorar as relações entre os diferentes tipos de capitais – social, cultural e econômico – das famílias, mostrando a mudança dessas relações nas duas décadas em consideração.

Em primeiro lugar, como mostrado na Tabela 8, destaca-se a relação entre o capital econômico, representado pela renda familiar *per capita* (RFPC), e alguns indicadores da estrutura familiar como o tamanho das famílias, o número de menores de 15 anos de idade e a incidência de chefia feminina.

Tabela 8
Número de Componentes e Menores de 15 Anos das Famílias e Proporção de Chefia Feminina, segundo Quintos de Renda Familiar *per Capita*
Brasil, 1981-1999

Ano	1981			1990			1999		
	Nº comp.	Nº até 14 anos	Chefia fem. %	Nº comp.	Nº até 14 anos	Chefia fem. %	Nº comp.	Nº até 14 anos	Chefia fem. %
1	5,91	3,28	16,3	5,05	2,55	19,7	4,68	2,19	22,6
2	4,94	2,22	16,3	4,09	1,56	22,9	3,79	1,32	25,7
3	4,19	1,52	19,4	3,84	1,27	20,5	3,24	0,85	27,3
4	3,94	1,15	15,7	3,63	1,00	17,5	3,20	0,69	23,9
5	3,34	0,76	14,5	3,18	0,73	17,2	2,86	0,39	21,6
Total	4,29	1,63	16,3	3,85	1,34	19,4	3,45	1,01	24,9
C.V.	0,53	1,08	-	0,50	1,09	-	0,47	1,20	-

Como era de se esperar, o tamanho das famílias está inversamente relacionado ao montante de capital econômico, aferido pela RFPC. Assim, por exemplo, em 1981, as famílias do quinto mais pobre em RFPC contavam com 2,6 pessoas a mais do que as famílias do quinto mais rico. Com o passar do tempo, o tamanho das famílias se reduz em todos os estratos de renda. No último ano considerado, 1999, a diferença no tamanho das famílias entre os quintos extremos de RFPC cai para 1,8 pessoa. A redução no número de componentes é mais rápida nas famílias dos estratos de renda mais pobres; a redução do tamanho das famílias entre 1981 e 1999 nos três primeiros quintos de RFPC é superior a 20%, enquanto nos quintos 4 e 5 a redução é de 18,8% e 14,4%, respectivamente. A evolução do coeficiente de variação, que cai de 0,53 para 0,47 entre 1981 e 1999, também indica uma convergência no tamanho das famílias dos diferentes grupos de RFPC.

Refletindo os diferenciais de fecundidade entre os estratos de renda, o número de crianças e adolescentes menores de 15 anos apresenta variações muito maiores que as do tamanho total das famílias. Em 1981, o número desses menores nas famílias do quinto mais pobre era 4,3 vezes

maior que o do quinto mais rico: 3,28 e 0,76, respectivamente. No decorrer das décadas de 80 e 90 esse número de menores diminui em todos os quintos de RFPC. Contudo, o diferencial entre os estratos de renda aumenta ligeiramente no período, como o indica o coeficiente de variação, que passa de 1,08 em 1981 para 1,09 em 1990 e 1,20 em 1999. Neste último ano, o número de menores nas famílias do quinto de RFPC mais pobre é 4,5 vezes maior que o do quinto mais rico. Esta informação sugere que os estratos de renda encontram-se ainda em diferentes etapas da transição demográfica, com as famílias dos estratos mais pobres experimentando uma sobrecarga muito maior de menores para cada adulto em idade de trabalhar.

A terceira dimensão da estrutura familiar a ser relacionada com a condição econômica é a incidência de famílias chefiadas por mulheres. As colunas da Tabela 8 com esta informação mostram que no período em foco ocorre um aumento sistemático da chefia feminina em todos os quintos de RFPC, com um crescimento relativo mais rápido deste tipo de famílias na década dos 90. Nota-se, também, que nos três anos contemplados a incidência de chefia feminina não varia muito entre os diferentes estratos de renda. Além disso, a proporção mais elevada desse tipo de família encontra-se no terceiro (1981) e no segundo (1990 e 1999) quintos de RFPC, com 19,4%, 22,9% e 27,3%, respectivamente. Isto parece contrariar os resultados dos estudos sobre famílias na América Latina que estabelecem uma relação entre chefia feminina e pobreza (CEPAL, 1993; Arriagada, 1998). A razão desta divergência parece estar na concentração de famílias residentes em áreas rurais nos quintos inferiores da distribuição de RFPC e no fato de as famílias rurais estarem menos expostas aos fatores determinantes da chefia feminina. Isto pode ser visto na Tabela 9.

Tabela 9
Proporção de Chefia Feminina, segundo Quintos de Renda Familiar *per Capita* e Situação do Domicílio
Brasil, 1981-1999

Ano	1981		1990		1999	
	Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural
1	26,9	8,9	29,8	11,0	30,5	11,7
2	20,3	10,5	27,4	14,7	29,6	14,2
3	21,1	14,6	23,0	12,0	29,4	18,7
4	16,9	8,2	18,7	10,0	24,8	16,4
5	15,0	7,0	17,7	9,0	25,1	13,8
Total	18,4	10,4	21,7	12,0	27,3	14,6

Nas áreas urbanas observa-se uma relação clara entre os níveis de renda e a incidência de chefia feminina: esta incidência diminui de maneira monotônica à medida que se passa para os quintos de RFPC mais altos. Tanto em 1981 como em 1990, a proporção de famílias chefiadas por mulheres no quinto inferior é perto de duas vezes maior que a observada no quinto superior. Já em 1999 as diferenças são menores, da ordem de 5%, variando a incidência de chefia feminina entre 30,5% e 25,1% nos quintos extremos. Esta diminuição das diferenças entre as famílias urbanas indica que nos anos 90 as famílias chefiadas por mulheres aumentaram mais rapidamente nos estratos de renda mais elevados.

Nas áreas rurais a incidência de chefia feminina é nitidamente mais baixa; o aumento, no tempo, desta modalidade familiar também é menor, com o valor médio passando de 10,4% em 1981 para 14,6% em 1999. Além disso, o padrão de distribuição da chefia feminina por estratos de renda nas áreas rurais é diferente do das áreas urbanas, adotando a forma de um U invertido, com os valores mais baixos nos quintos extremos da RFPC.

A próxima relação a examinar é entre o capital econômico das famílias, indicado novamente pela renda familiar *per capita*, e o seu capital cultural, representado pela média de anos de estudo dos chefes de família.

Tabela 10
Anos de Estudo dos Chefes de Família segundo Quintos de Renda Familiar *per Capita*
Brasil, 1981-1999

Ano	1981	1990	1999
1	1,31	1,84	2,74
2	2,01	2,63	3,78
3	2,65	3,73	4,23
4	3,98	5,12	5,82
5	7,51	8,69	9,38
Total	3,84	4,68	5,49
C.V.	1,041	0,929	0,814

Os dados para o ano inicial mostram a extrema desigualdade e o baixo nível educacional dos chefes de família. O nível de instrução dos chefes de família do quinto mais elevado de RFPC era 5,7 vezes maior que o dos chefes do quinto inferior e a instrução média de todos os chefes não chegava sequer aos quatro anos do antigo primário. Refletindo a expansão edu-

cacional ocorrida no período, a educação dos chefes de família aumenta consideravelmente, com o valor médio passando de 3,84 para 5,5 anos de estudo, o que representa um crescimento de 43%. Acrescenta-se a isso o fato de os ganhos educacionais dos chefes de família dos estratos de renda mais baixos serem mais rápidos que os dos quintos de RFPC mais elevados. Assim, a média de anos de estudo do quinto inferior mais do que duplica, enquanto a do quinto superior apenas aumenta 25%. Esta convergência educacional dos chefes de família está também refletida na diminuição do coeficiente de variação, de 1,041 para 0,814, entre 1981 e 1999. Mas esta melhoria na distribuição e aumento do patamar médio educacional não eliminam o fato de muitos dos chefes de família dos estratos de renda mais baixos ainda se encontrarem na situação de analfabetismo funcional, hoje entendida como aquela que afeta aos que não completaram a quarta série do ensino fundamental. Este é o caso de 36% dos chefes de família em 1999.

A apresentação das relações entre os três tipos de capitais das famílias conclui com o exame da distribuição dos capitais cultural e econômico nos diferentes tipos de famílias. Para simplificar a apresentação das informações, consideram-se somente os dados relativos a 1999. A Tabela 11 mostra a informação sobre o capital cultural das modalidades familiares em termos dos níveis educacionais dos membros adultos.

Tabela 11
Anos de Estudo dos Chefes de Família, das Mães e das Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade, segundo Tipos de Família
Brasil, 1999

Anos de estudo	Casal s/filhos	Casal c/filhos	Casal c/filhos e parentes	Mãe c/filhos	Mãe c/filhos e parentes	Unipessoais	Outros	Total
Chefes	5,56	5,77	5,07	5,52	4,30	5,20	5,06	5,53
Mães	5,64	5,96	5,17	5,52	4,30	5,20	4,15	5,79
15 anos e +	5,62	6,36	5,40	6,40	5,49	5,18	5,24	6,01

Observando primeiro os tipos de famílias com filhos, nota-se que as modalidades nucleares – casal com filhos e mãe com filhos – contam com membros adultos mais educados que os das modalidades extensas, como é o caso dos casais com filhos e parentes e das mães com filhos e parentes. A presença de outros parentes, dando lugar a arranjos familiares extensos, não é favorável à acumulação de capital cultural. Nesses dois tipos de famílias, chefes, mães e maiores de 14 anos contam com médias educacionais inferiores às do total, registradas na última coluna. De fato, as mulheres que chefiam os arranjos de mãe com filhos e parentes, com 4,3 anos de

instrução, são as que apresentam o mais baixo nível educacional. Lembremos que este tipo de família, em situação mais precária, concentra somente 3,3% dos menores de 15 anos. Já o tipo mãe com filhos, que reúne 13,1% dos menores de 15 anos, não padece desse déficit educacional, estando suas médias de instrução próximas às do total. As demais modalidades familiares – casal sem filhos, unipessoais e outros – apresentam níveis educacionais inferiores aos do total, o que possivelmente se deve à maior presença de pessoas de idade mais avançada, que não se beneficiaram da expansão educacional das décadas mais recentes.

Examina-se, por último, a dotação de capital econômico dos diferentes tipos de família, considerando para isso a distribuição por quintos e as médias de renda familiar *per capita*, apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12
Tipos de Família segundo Quintos de Renda Familiar *per Capita*
Brasil, 1999

Quintos RFPC	Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Casal c/ filhos e parentes	Mãe c/ filhos	Mãe c/ filhos e parentes	Unipessoais	Outros
1	3,5	19,3	17,9	18,6	19,4	1,8	9,4
2	13,8	19,7	21,9	22,7	23,5	4,8	20,8
3	22,2	19,6	21,8	20,7	23,0	29,9	21,6
4	25,3	20,9	22,6	20,1	20,4	23,0	22,0
5	36,1	20,5	15,8	17,9	13,8	40,5	26,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média*	474,85	262,76	216,71	234,31	191,65	632,55	320,65

*Renda de setembro de 1999

A primeira coisa que salta à vista nesses dados, tanto na distribuição por quintos como na média de RFPC, é a situação de vantagem econômica dos tipos de família sem presença de filhos (ou onde há pouca presença de filhos, como no tipo residual “outros”). A melhor situação econômica é a das unidades unipessoais (média de R\$ 632,55), seguidas pelos casais sem filhos (R\$ 474,85) e “outros” (R\$ 320,65). É justamente a ausência de filhos, particularmente dos menores de 15 anos, que reduz o denominador do cálculo da RFPC – concedendo a estas famílias razões de dependência mais baixas –, o que explica a renda mais elevada. Além disso, como já foi visto, o fato de grande parte destas famílias se encontrar em fases mais avançadas do ciclo de vida familiar propicia uma maior acumulação de ativos financeiros.

Quando o olhar se dirige aos arranjos familiares com filhos, destaca-se a melhor situação econômica dos casais com filhos (média de R\$ 272,76), seguida pelas mães com filhos (R\$ 234,31). Novamente, como ocorria

com a dotação de capital cultural, as variantes de famílias extensas, com a presença de outros parentes, são as que se encontram em situação de maior privação econômica: a média de RFPC dos casais com filhos e parentes e das mães com filhos e parentes é de R\$ 216,71 e R\$ 191,65, respectivamente.

Finalmente, chama a atenção o fato de as mães com filhos – uma variante de família incompleta – se encontrarem em situação ligeiramente melhor que a dos casais com filhos e parentes. Neste caso, a presença de outros parentes parece ter um efeito negativo maior que a ausência do cônjuge nas famílias a cargo de mulheres com filhos.

RECURSOS FAMILIARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E COR

Esta última seção explora as relações entre os recursos familiares, de um lado, e o estrato ocupacional e a cor dos chefes de famílias, de outro, sendo que estas duas variáveis ocupam um lugar central na análise da transmissão das desigualdades sociais de uma geração a outra. A cor ou raça dos indivíduos – neste caso, dos chefes de família – é uma característica fortemente associada à apropriação de oportunidades sociais no Brasil (Silva e Hasenbalg, 1992; Hasenbalg *et alii*, 1999). Por sua vez, a ocupação do chefe da família é o principal determinante da posição social das famílias e, como se pode ver na Tabela 3, mantém forte associação com a distribuição dos recursos familiares.

Tabela 13
Estrutura Ocupacional dos Chefes da Família, Características dos Chefes e das Famílias, Brasil, 1999

	%	Anos de estudo	RFPC	Chefia Fem.	Tamanho da Família	Até 14 Anos
Profissionais liberais	1,7	14,74	1753,63	14,5	3,23	0,78
Dirigentes	2,9	11,45	908,09	16,2	3,49	0,99
Proprietário empregador	4,1	9,45	992,41	8,6	3,57	0,97
Outros prof. universitários	2,2	13,86	986,49	33,4	3,16	0,84
Superv. trab. manual	0,7	7,85	374,05	2,0	3,73	1,04
Ocup. técnicas e artísticas	5,5	10,49	570,58	31,0	3,22	0,92
Empresário por conta própria	4,9	6,08	355,57	16,2	3,59	0,98
Não-manual de rotina	9,8	9,17	362,54	25,0	3,25	1,03
Trab. indústria moderna	7,1	6,55	259,53	1,3	3,75	1,26
Trab. serviços gerais	14,7	5,09	206,71	8,9	3,77	1,22
Trab. comércio ambulante	2,6	4,97	207,91	28,2	3,58	1,20
Trab. indústria tradicional	15,1	4,55	178,58	10,5	3,80	1,29
Trab. serviços pessoais	2,7	5,62	206,54	59,9	3,14	1,03
Trab. serviço doméstico	4,7	4,05	134,48	82,4	3,07	1,12
Proprietários rurais	1,3	5,28	582,84	4,6	3,63	0,89
Trab. rurais	20,0	2,31	109,81	5,7	4,07	1,45
Total	100,0	4,50	602,34	17,2	3,65	1,18

Olhando primeiro para o capital cultural dos chefes de família, indicado pela média de anos de estudo completados, nota-se a escolaridade mais elevada dos estratos não-manuais, com a única exceção dos empresários por conta própria (6,08 anos). Nos estratos manuais urbanos, o grupo mais educado, com 6,5 anos de estudo, é o de trabalhadores da indústria moderna. Como era de se esperar, a maior distância educacional se dá entre o topo e a base da hierarquia ocupacional: a elite de profissionais liberais, com quase 15 anos de estudo, e os trabalhadores rurais, com pouco mais de dois anos de escolaridade. Os proprietários rurais, apesar de contar com uma situação econômica que os aproxima dos estratos não-manuais urbanos, têm um nível educacional relativamente baixo, de pouco mais de cinco anos de estudo.

O capital econômico das famílias, indicado pela RFPC, varia enormemente segundo o estrato ocupacional do chefe de família: a RFPC das famílias com chefes profissionais liberais (R\$ 1.753) é 16 vezes maior que a dos trabalhadores rurais (R\$ 110) e 13 vezes superior à dos trabalhadores domésticos (R\$ 134). A RFPC das famílias chefiadas por trabalhadores não-manuais é claramente superior à dos demais estratos ocupacionais. Dentro das categorias não-manuais há uma clivagem entre os rendimentos dos quatro grupos mais elevados e os dos demais, que não têm educação superior, não dispõem de comando organizacional, nem contratam força de trabalho.

A Tabela 13 incorpora três indicadores de estrutura familiar ou capital social: a proporção de famílias chefiadas por mulheres, o tamanho médio das famílias e o número de menores de 15 anos de idade. A proporção de famílias chefiadas por mulheres varia em função da participação feminina nos estratos ocupacionais. Essa proporção é muito baixa em estratos caracterizados por um amplo predomínio masculino, como é o caso dos supervisores de trabalho manual (2%) e dos trabalhadores da indústria moderna (1,3%). Inversamente, a incidência de chefia feminina é muito elevada nos estratos ocupacionais com forte participação feminina – trabalhadores domésticos, serviços pessoais, outros profissionais universitários, ocupações técnicas e artísticas e não-manuais de rotina. O alcance da variação no tamanho das famílias é de 3,07 nos trabalhadores domésticos até 4,07 nos trabalhadores rurais. Aparentemente, não existe uma relação clara entre os estratos ocupacionais e o tamanho das famílias. Olhando com mais detalhe, esse tamanho parece depender da educação dos chefes, sendo menor entre os mais educados – profissionais liberais e outros profissionais universitários –,

e da incidência de chefia feminina, onde a ausência de cônjuge diminui o tamanho familiar – serviço doméstico e serviços pessoais.

Note-se ainda que o tamanho médio das famílias para o total difere do da Tabela 2 porque só considera as famílias com chefes ou pessoas de referência ocupados. Por último, o número de menores de 15 anos nas famílias mostra uma relação clara com o estrato ocupacional do chefe, sendo esse número menor nos estratos não-manuais. Entre estes, somente as famílias chefiadas por supervisores de trabalho manual e trabalhadores não-manuais de rotina têm um número de menores de 15 anos superior a um, sugerindo a prevalência de padrões reprodutivos próximos aos dos estratos manuais. Nestes últimos, os menores valores são encontrados nos serviços pessoais (1,03) e nos serviços domésticos (1,12). Como era de se esperar, o estrato mais prolífico, com 1,45 menores, é o dos trabalhadores rurais. Finalmente, as Tabelas 14 e 15 mostram a relação entre a cor dos chefes de família e a dotação de recursos das famílias.

Tabela 14
Características do Chefe e das Famílias, segundo a Cor do Chefe de Família
Brasil, 1999

Cor	%	Anos de estudo	Chefia feminina %	RFPC R\$	Tamanho da família	Nº até 14 anos
Branca	55,8	6,51	25,3	416,32	3,28	0,88
Preta	6,3	4,12	32,6	189,29	3,50	1,07
Parda	37,2	4,25	26,1	180,76	3,69	1,23
Outras	0,7	7,70	21,1	583,96	3,38	0,84
Total	100,0	5,53	26,0	316,55	3,43	1,02

A categoria de cor ou raça “outras” nas duas tabelas, que reúne menos de 1% de chefes e famílias, refere-se aos grupos de amarelos e indígenas e não será considerada nos comentários que seguem. Todos os indicadores da Tabela 14 mostram uma situação de desvantagem das famílias com chefes de cores preta e parda, relativamente às chefiadas por brancos. O nível de instrução dos chefes de família brancos supera em mais de dois anos o dos chefes pretos e pardos. Famílias com chefes de cor preta e parda apresentam proporções mais altas de chefia feminina, chegando a quase um terço a percentagem de chefes mulheres no grupo de cor preta. A RFPC das famílias com chefes brancos é mais de duas vezes superior à das chefiadas por pretos e pardos. O tamanho destas últimas é maior que o das chefiadas por brancos. E, finalmente, as famílias com chefes não-brancos

contam com um número de menores de 15 anos superior ao das famílias com chefes brancos. A diferença é de 22% a mais no grupo de cor preta e de 40% a mais no de cor parda. A maior desvantagem dos pardos no tamanho da família e no número de menores quase certamente se deve à sua maior concentração, relativamente aos pretos, em áreas rurais e na região Nordeste. A Tabela 15 informa a distribuição das famílias por diferentes arranjos familiares segundo a cor de seus chefes.

Tabela 15
Tipo de Família segundo a Cor do Chefe de Família
Brasil, 1999

	Branca	Preta	Parda	Outras
Casais/filhos	13,3	9,5	9,9	15,6
Casal e/filhos	50,2	41,8	50,1	51,0
Casal e/filhos e parentes	4,6	5,3	6,4	6,1
Mãe e/filhos	13,1	18,2	15,2	8,2
Mãe e/filhos e parentes	2,4	4,2	3,4	1,4
Unipessoais	9,2	11,0	7,3	8,6
Outros	7,2	10,0	7,7	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Considerando os arranjos familiares que incluem filhos, principalmente crianças e jovens menores de 15 anos, nota-se que as famílias com chefes de cor preta e parda estão mais concentradas nos tipos de famílias que têm um déficit maior de capital social. Esta desvantagem é mais acentuada no caso das que têm chefes de cor preta. Entre elas, a proporção de casais com filhos não chega a 42%, chegando essa percentagem à metade nas chefiadas por brancos e pardos. Em contrapartida, 22,4% das famílias com chefes de cor preta são chefiadas por mães sem cônjuge com filhos, sendo essa percentagem de 15,5% nas chefiadas por brancos. As famílias com chefes de cor parda encontram-se em uma situação intermediária entre as chefiadas por brancos e pretos, mostrando uma ligeira desvantagem na sua maior concentração, de 6,4%, no tipo de família extensa de casal com filhos e parentes. É importante destacar que, em termos de vários critérios de estratificação social – por exemplo, educação, ocupação e rendimentos –, os grupos de cor preta e parda mostram um perfil muito semelhante. Este não parece ser o caso na dimensão demográfica da estrutura familiar, motivo pelo qual foi mantida a distinção entre os dois grupos, ao invés de se fazer uma comparação entre brancos e não-brancos.

Em síntese, este capítulo examinou a distribuição de recursos familiares nas últimas duas décadas e explorou as relações entre os três tipos de recursos. No que se refere à distribuição do capital social familiar e às condições de socialização de crianças e adolescentes, duas tendências configuraram-se como as mais importantes. A primeira, de sinal positivo, é a redução do número de filhos e do tamanho médio das famílias. A segunda é o aumento da concentração de menores em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Caberá aos próximos capítulos deste trabalho avaliar o impacto dessas tendências nos níveis de bem-estar das novas gerações em formação.

Em relação ao capital cultural, notou-se que a população adulta, particularmente suas coortes de idade mais jovens, tem se beneficiado da expansão educacional ocorrida no país nas últimas décadas e que, conseqüentemente, as crianças de hoje estão sendo socializadas por pais e adultos mais educados que os de gerações anteriores. Constatou-se também uma redução da desigualdade educacional entre os adultos de diferentes estratos de renda. Mas esta melhoria na distribuição e o aumento do patamar médio educacional não eliminam o fato de muitos chefes de família dos estratos de baixa renda ainda se encontrarem na situação de analfabetismo funcional.

A redução do tamanho médio das famílias de todos os estratos sociais não foi acompanhada por uma distribuição mais equitativa da responsabilidade pela reprodução biológica e social de novas gerações, que continua pesando desproporcionalmente nos estratos de baixa renda.

Finalmente, mostrou-se como o estrato ocupacional e a cor dos chefes de família desempenham um papel muito importante na distribuição dos recursos familiares centrados nos capitais social, cultural e econômico. Famílias cujos chefes são trabalhadores manuais urbanos e rurais e de cor preta e parda contam com sérias desvantagens na apropriação e acumulação desses recursos, configurando assim contextos mais desfavoráveis para a socialização de novas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, I. (1998), "Familias Latinoamericanas: Convergencias y Divergencias de Modelos y Políticas". *Revista de la CEPAL*, nº 65, Santiago de Chile.
- ASTONE, N. M. e McLANAHAN, S. S. (1991), "Family Structure, Parental Practices, and High School Completion". *American Sociological Review*, vol. 56, nº 3, pp. 309-320.
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. (2000), "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil", in R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.
- BOURDIEU, P. (1977), "Cultural Reproduction and Social Reproduction", in J. Karabel e A. H. Halsey (eds.), *Power and Ideology in Education*. New York, Oxford University Press, pp. 487-511.
- _____. (1984), *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, Harvard University Press. Publicado originalmente em 1979 como *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- CEPAL. (1993), *Cambios en el Perfil de las Familias: La Experiencia Regional*. Santiago de Chile, Naciones Unidas.
- CEPAL. (1995), *Cuadernos de la CEPAL 74*, América Latina y el Caribe: Dinámica de la Población y Desarrollo. Santiago de Chile.
- COLEMAN, J. S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, vol. 94, S95-S120.
- DOWNEY, B. D. (1995), "When Bigger is not Better: Family Size, Parental

- Resources, and Children's Educational Performance". *American Sociological Review*, vol. 60, nº 5: 746-761.
- HASENBALG, C., SILVA, N. do V. e LIMA, M. (1999), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.
- HENRIQUES, R. (org.). (2000), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.
- HOFFMANN, R. (2000), "Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil", in R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, cap. 3.
- IBGE. (1997), *Anuário Estatístico do Brasil 1996* (vol. 56). Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2001), *Síntese de Indicadores Sociais 2000*. Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais/IBGE.
- MEDEIROS, M. e OSORIO, R. (2001), "Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998". *Texto para Discussão*, nº 788. Brasília, IPEA.
- ORTIZ, R. (1983), *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática.
- PARCEL, T. L. e DUFUR, M. J. (2001), "Capital at Home and at School: Effects on Student Achievement". *Social Forces*, vol. 79, nº 3, pp. 881-912.
- PSACHAROPOULOS, G. e ARRIAGADA, I. (1989), "The Determinants of Early Age Human Capital Formation: Evidence from Brazil". *Economic Development and Cultural Change*, vol. 37, nº 4.
- ROCHA, S. (2000), "Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real". *Texto para Discussão*, nº 721. Rio de Janeiro, IPEA.
- SILVA, N. do V. e HASENBALG, C. (1992), *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.
- TEACHMAN, J. D., PAASCH, K. e CARVER, K. (1997), "Social Capital and the Generation of Human Capital". *Social Forces*, vol. 75, nº 4, pp. 1343-1359.